



Carta Política das Organizações e Movimentos do Encontro Unitário Camponês da Paraíba

Seca de 2012-2013

Excelentíssima Presidenta Dilma Rouseff,

No correr do ano de 2012, instalou-se em todo o semiárido brasileiro um novo ciclo de estiagem prolongada, produzindo impactos profundos nas condições de vida e de produção de centenas de milhares de famílias agricultoras. Considerada uma das secas mais severas dos últimos 30 anos, o fenômeno vem se projetando em 2013, agravando ainda mais o quadro atual.

Partindo da premissa que os eventos cíclicos de seca são uma marca natural do bioma Caatinga, nos perguntamos por que, em pleno século XXI, continuamos a assistir o drama social a que as famílias camponesas estão submetidas há séculos.

Sabemos também que a resposta para esta pergunta se encontra em maior medida no passivo histórico de negligência do Estado brasileiro para com os povos sertanejos, mantendo e reforçando a concentração da terra, o acesso à água, à riqueza e ao poder nas mãos de grupos oligárquicos. Ao invés de enfrentar os problemas estruturais, reais geradores desta crise, a cada nova seca o Estado tem se curvado para atender aos interesses dessa elite oligárquica por meio do que se convencionou denominar a “indústria da seca”. Esse processo se expressa nos dias de hoje com um discurso renovado por trás da retórica do agronegócio e da modernização. Nos episódios de seca, são justamente as famílias com acesso mais precário à terra que passam as maiores privações de acesso à água e aos alimentos, ferindo a dignidade humana, apesar dos reconhecidos esforços de enfrentamento da miséria empreendidos pelo seu governo.

Somados aos históricos bloqueios estruturais acima referidos, as comunidades do semiárido enfrentam na atualidade o acirramento de disputas por seus territórios e pelos bens comuns da região, agravando ainda mais a crise gerada pela seca. Esses territórios de impressionante riqueza socioambiental são hoje objeto da cobiça de empresas mineradoras, das empresas cerâmicas com exploração da lenha, pelos grandes projetos de irrigação, pelas barragens e grandes obras hídricas, a exemplo da Transposição do Rio São Francisco. O avanço desses grandes empreendimentos, muitos deles operados pelo capital internacional, têm merecido o apoio político e financeiro do Estado brasileiro e criam condições favoráveis para o desdobramento de criminosos processos de grilagem e violação de direitos territoriais das populações do Semiárido Paraibano e brasileiro.

Diante desse contexto, o abandono da agenda da Reforma Agrária e regularização fundiária é contraditório com o justo objetivo de superação da pobreza e da miséria, pauta prioritária de sua

gestão à frente do governo federal. Programas de distribuição em larga escala de uma única variedade de sementes e a ameaça dos transgênicos produzem perdas de patrimônio genético. A proposta do governo de ampliar as áreas de irrigação sob o argumento de se constituir na grande alternativa para a produção de alimentos e enfrentamento da seca na região reitera a lógica concentradora de água e riqueza e contrária aos avanços já conquistados na convivência com o Semiárido. Seguir por este caminho é aprofundar as desigualdades sociais e reeditar os velhos paradigmas da indústria da seca. Uma evidência dessas contradições é implantação das cisternas de plástico, contrariando todo um processo de construção partilhada pelo Estado e por organizações da sociedade civil baseadas em dinâmicas descentralizadas de autoconstrução de cisternas de placa, uma tecnologia social que já demonstrou impactos positivos em cadeia sobre a vida material e sócio-organizativa de comunidades rurais na região.

Na seca que ora assistimos, o colapso alimentar dos rebanhos, com elevada mortalidade dos bovinos em particular, é a evidência mais marcante da vulnerabilidade dos sistemas de produção e da crise do atual paradigma de desenvolvimento que preside as políticas de Estado para semiárido.

Ainda no âmbito das relações do governo com as organizações da sociedade civil, permanecemos enfrentando dificuldades de grande envergadura em função da ausência de um marco regulatório apropriado, que traz como consequência o risco de criminalização de nossas organizações além das dificuldades de repasse de recursos públicos. Organizações parceiras de ações públicas se veem à mercê da insegurança jurídica em relação a convênios e contratos, que as expõe de forma recorrente a compreensões enviesadas dos órgãos de controle e a uma sistemática tentativa de deslegitimação de nossas ações por parte da grande mídia.

Entendemos que o Estado brasileiro deva assumir de forma consequente e definitiva o enfrentamento destas questões de forma que a agricultura familiar camponesa e suas organizações possam efetivamente se constituir como base econômica e sociocultural capaz de promover formas manejo produtivo ajustado às especificidades e potencialidades ecológicas do semiárido brasileiro e capaz conviver com dignidade com adversidades climáticas da região.

Não se pode, contudo, deixar de reconhecer os avanços recentes, mesmo que insuficientes e ainda muito distantes das mudanças estruturais e de desenvolvimento necessárias para a reversão do modelo de desenvolvimento que reproduzem processos geradores de injustiças sociais e de degradação ambiental na região. Cabe também ressaltar que os avanços mais significativos nesse campo são produto da capacidade criativa de inovação e mobilização de milhares de famílias agricultoras integradas em organizações, redes e movimentos sociais.

Frente ao quadro histórico e recorrente de lançamento de programas de *“caráter emergencial”*, nos últimos 20 anos as mobilizações sociais vêm pressionando os sucessivos governos para a construção de *“ações permanentes e estruturantes”*. Através da mobilização da sabedoria local e das experiências nascidas nas práticas sociais e produtivas ajustadas aos contextos ecológico, econômico e cultural do semiárido o paradigma da *“Convivência com o Semiárido”* vem sendo forjado pela mão de milhares de famílias agricultoras. Na contra corrente do modelo hegemônico, excludente e ineficaz do *“Combate a Seca”* a perspectiva da *“Convivência com o Semiárido”* vem produzindo modificações estruturais determinantes para a reversão do quadro atual. Vale destacar que nos últimos 10 anos parte destas experiências vêm sendo reconhecida, valorizada e apoiada pelo Estado Brasileiro.

Antes de apontar os desafios e propostas imperativas que cobramos do governo nos cabe aqui apontar onde se localizam alguns dos poucos progressos alcançados:

É possível observar na atualidade, a estiagem prolongada em curso, é atenuada quando são desenvolvidas ações e políticas inversão da lógica dominante e que promovidas atuaram positivamente para atenuar a vulnerabilidade dos sistemas de produção de das condições de vida das famílias agricultoras.

- Em oposição à visão ainda dominante dirigida a soluções centradas na edificação de grandes infraestruturas hídricas e incapazes de atender a demanda espacialmente dispersa, a experiência social apontou para lógica inversa de oferta descentraliza do acesso a água por meio da construção de milhares de pequenas e médias infraestruturas de captação e armazenamento de água da chuva para consumo humano, animal e para produção de alimentos. São elas: a democratização do acesso à água para consumo humano por meio de processos coletivos de autoconstrução de cisternas de placas para captação de água da chuva; a democratização do acesso à água para produção de alimentos para o autoconsumo por meio dos programas P1MC e P1+2.

- A estratégia de estocagem de alimentos para os rebanhos foi ampliada de maneira substantiva nos Territórios da Borborema e do Cariri Oriental através do desenvolvimento de práticas coletivas de armazenamento de forragem combinadas com gestão coletiva de mais 20 máquinas motoensiladeiras itinerantes. Apoiadas pela Política de Desenvolvimento Territorial, entre os anos de 2011 e 2012, as organizações dos agricultores armazenaram mais de 7.000 toneladas de forragem diminuindo sobremaneira a vulnerabilidade dos rebanhos.

- A conservação e o uso sustentável da agrobiodiversidade constituem-se como objetivo estratégico para a garantia da segurança e soberania alimentar e nutricional das populações que vivem no Semiárido brasileiro. Ao logo das últimas décadas, as organizações da ASA Paraíba vêm promovendo diversas iniciativas de auto-organização comunitária dirigidas a resgatar, multiplicar e conservar variedades locais de espécies cultivadas por meio da constituição de bancos de sementes comunitários. Vale ressaltar que várias dessas iniciativas estão estruturadas em rede e vêm, desde 2004, acessando políticas para recomposição e estabilização do estoque de sementes, sobretudo em momentos de crise, através do acesso a mecanismo de compra e doação simultânea do PAA/CONAB.

- Os resultados alcançados afirmam o papel determinante que a sociedade civil pode e deve cumprir para a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável para todo o País. Isso significa que para cumprir sua missão o Estado não pode preterir da participação forte e ativa das organizações das sociais na concepção, na execução e no monitoramento de políticas públicas.

- Frente às sucessivas secas são os mecanismos comunitários de ajuda mútua, reciprocidade, solidariedade e auto-organização que, em grande medida, garantem as condições de convivência com a seca. Inspirados nesses princípios as organizações camponesas vêm constituindo as redes de bancos de sementes comunitários, as estratégias de armazenamento de forragem, os fundos rotativos solidários voltados a financiar animais e outros insumos produtivos, as estratégias coletivas de construção de infraestruturas hídricas (cisternas, barreiros trincheiras, barragens subterrâneas)

- As políticas de garantia de renda mínima como o Bolsa Família, o Seguro Safra e, ainda que de caráter emergencial, o Bolsa estiagem constituem-se também em medidas atenuantes da crise. Entendemos que seus mecanismos devem ser permanentemente aprimorados e ampliados. Mas isso só se fará possível mediante a participação ativa de nossas organizações.

Diante do exposto, propomos ao governo que estruture e priorize estratégias que combine medidas de caráter estruturantes com as medidas emergenciais necessárias para a atual conjuntura:

I - Medidas de caráter estruturante:

- ✓ Democratizar o acesso à terra e garantir os direitos territoriais, de forma a enfrentar de forma estrutural a histórica desigualdade fundiária do semiárido. Cobramos do governo coragem e determinação para enfrentar os interesses das oligarquias e do agro e hidronegócio e realize uma verdadeira reforma agrária que garanta efetivamente os direitos territoriais das comunidades camponesas, povos e comunidades tradicionais.
- ✓ Efetivar a democratização do acesso a água por meio das ações de ampliação e diversificação das infraestruturas hídricas voltadas para o atendimento das múltiplas demandas água - para consumo humano, dessedentação animal e produção de alimentos. Isso implica a ampliação e consolidação de programas como o que já vem sendo operados em parceria com a ASA.
- ✓ Ativar linha de crédito com recursos para construção de infraestruturas hídricas de médio e grande porte para abastecimento público em todos os municípios no estado; e ampliar a oferta de crédito para perfuração e instalação de poços situados pelo órgão competente no estado da Paraíba;
- ✓ Ampliação de parcerias para execução do Programa de Construção de Infraestrutura de armazenamento de água, como Cisternas Calçadão, Cisternas de Enxurrada, Barreiros Trincheira, Barragens Subterrânea, etc.,
- ✓ Apoiar a construção de um programa de sementes crioulas dirigido à estruturação, ampliação, fortalecimento e articulação em rede dos bancos comunitários de semente familiares na perspectiva de constituição de um sistema de seguridade de sementes assentado no estímulo as dinâmicas de autogestão de semente nas comunidades rurais.
- ✓ Ampliar e fortalecer as estratégias de estocagem de forragem por meio do apoio à constituição de redes de máquinas motoensiladeiras itinerantes e autogeridas pelas comunidades locais no conjunto do semiárido.
- ✓ Implementação de políticas orientadas para o fortalecimento das capacidades de autogestão comunitária de bens comuns coletivos (forragem, água, sementes, etc..)
- ✓ Intensificar o Programa de ATES – Assistência Técnica e Social à Assentamentos da Reforma Agrária, à Agricultura Familiar e Camponesa, sob os princípios da Agroecologia;
- ✓ Construção de Escolas do campo, sob os princípios da Educação do Campo.
- ✓ Implementação na rede pública de educação de políticas educacionais voltadas à convivência com o semiárido, com base nas experiências desenvolvidas pela RESAB;
- ✓ Criação de um Programa de Bolsa de Estudos para Agricultores Familiares que realizem cursos de capacitação para desenvolvimento e uso de Tecnologias Sociais Sustentáveis no Semiárido;
- ✓ Fortalecimento e ampliação do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com vistas à abranger: assentados, acampados e produtores da Agricultura Familiar Camponesa;
- ✓ Ampliar investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltados à construção do conhecimento agroecológico e à convivência com o semiárido;
- ✓ Democratização das relações entre o Estado e a sociedade civil: Reivindicamos participação mais ativa e direta da sociedade civil organizada na elaboração controle e gestão de políticas públicas para o semiárido. Sem uma ação determinada do Estado brasileiro dirigida ao fortalecimento do papel da sociedade civil organizada de modo a consolidar seu lugar atuando como cogestora das políticas de desenvolvimento para o semiárido não se alcançará se construirá os mecanismos necessários para a emancipação das populações locais. Nesse contexto, cobramos que a proposta de marco regulatório, já elaborada por uma comissão de poder público e sociedade civil seja enviada em caráter de urgência pela Presidenta ao Congresso Nacional. Enquanto rede vamos continuar investindo na mobilização social e

pressionando o Estado brasileiro pela aprovação do marco regulatório da sociedade civil, sem o qual as organizações perderão gradativamente sua capacidade de gestão de projetos com recursos públicos e enfrentando processos de criminalização.

- ✓ Mesmo com a perspectiva iminente de universalização de infraestruturas familiares de acesso à água para o consumo humano, entendemos que se faz necessário ampliar as ações do P1MC e do P1+2 com a inclusão de municípios que necessitam desse programa por apresentarem características semelhantes de privação do acesso à água potável, porém estão fora do chamado Semiárido legal.

II - Medidas de caráter emergencial:

- ✓ Prorrogar todas as políticas públicas de assistência para a estiagem;
- ✓ Reativação e desburocratização do Crédito Especial de Estiagem para o Semiárido, em Custeio, com vistas à compra de ração para o rebanho e Investimento para construção imediata de sistemas de captação e armazenamento de água e sistemas de produção e armazenamento de ração animal;
- ✓ Ampliação dos limites das cotas individuais de fornecimento do leite ao PAA Leite para o valor bruto em R\$ de quatro salários mínimos ao mês ou 52 sl/ano;
- ✓ Criar Crédito Especial para Agricultura Familiar, direcionado à produção de ração animal e Criar o Programa de Aquisição de Alimentação Animal – PAA – Animal, junto à Agricultura Familiar;
- ✓ Desapropriar as áreas às margens dos canais de transposição de águas para assentamentos dos Sem-Terra e Atingidos por barragens nas obras de transposição;
- ✓ Reestruturar a logística da venda e distribuição subsidiada do milho, incluindo o farelo de soja e/ a torta de algodão, de forma que setores da sociedade civil organizada participem da execução do Programa, reduzindo a burocracia e tornando realmente acessível aos agricultores familiares;

Assinam esse documento as seguintes organizações da Sociedade Civil.

ASA – Articulação do Semiárido – PB; MST; CPT; CUT – PB; FETRAF; FETAG; MAE – Movimento Agroecológico; QUILOMBOLAS – PB; Movimento Indígena Tabajara; MMM – Marcha Mundial das Mulheres – PB; PJR – Pastoral da Juventude Rural; MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens; Movimento das Mulheres Camponesas – PB; Pólo Sindical da Borborema; ASPTA; PATAC; SINTER; Assembléia Popular; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; CASACO – Coletivo ASA do Cariri Oriental; Coletivo Cariri Curimataú; CÁRITAS; CAASP; COONAP.